

## AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

### SENADO FEDERAL

Plenário – 20 a 22/02

No Plenário do Senado desta semana consta o PL 2253/2022, que restringe o benefício da saída temporária para presos condenados. Os senadores podem votar o PL 1.219/2023, que trata da estrutura do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que tem como atribuições a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

Consta ainda na pauta do Senado o PL 3.453/2021, que altera a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre o resultado de julgamento em matéria penal ou processual penal em órgãos colegiados e sobre a concessão de habeas corpus de ofício.

Também volta à pauta do Plenário a PEC 42/2023 que aumenta 25 anos no tempo de serviço exigido para que militares federais possam concorrer em eleições sem perder a remuneração.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

### Comissão de Assunto Sociais (CAS) - 20/02 - 10h - Plenário 03

Audiência pública sobre o andamento da apuração das denúncias encaminhadas pela CPI da Pandemia contra Prevent Senior. Foram convidados, entre outros:

- Lorena Porto, Procuradora do Trabalho do Ministério Público do Trabalho – MPT;
- Murillo César Muniz, Procurador do Trabalho do Ministério Público do Trabalho – MPT;
- **Kleber Marcel Uemura, Procurador do Ministério Público Federal – MPF;**
- Arthur Pinto Filho, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo – MPSP;

- Maria Fernanda de Castro Maia, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo – MPSP;
- Everton Luiz Zanella, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo – MPSP;
- Nelson dos Santos Pereira Júnior, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo – MPSP.

**Comissão de Educação (CE) - 20/02 - 10h - Plenário 15**

**ITEM 1** - [PL 2796/2021](#), que cria o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos e para os jogos de fantasia.

A relatora, Senadora Leila Barros, apresentou [parecer](#) pela aprovação do projeto, com o acolhimento das Emendas nº 2 – CAE, nº 7 - CE e nº 8 - CE, e pela rejeição das demais emendas apresentadas, nos termos do substitutivo que apresenta.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**Plenário - 20 a 22/02**

O Plenário da Câmara ainda não teve pauta divulgada para esta semana.